

História e Atuação do Povo Indígena Tabajara e Tapuio Itamaraty da Comunidade Nazaré – Piauí



Alex de Mesquita Marinho

UESPI

mesquitallex@gmail.com

Resumen

Este artículo aborda la cuestión indígena en Piauí y las estrategias emprendidas por la comunidad Tabajara y Tapuio Itamaraty de Nazaré para visibilizar el reconocimiento y las luchas por los derechos de los pueblos originarios. Las discusiones se basan en las siguientes preguntas: ¿qué llevó al borrado de la historia indígena en Piauí? ¿Cuáles son las formas de acción que marcan la existencia y la resistencia de los grupos étnicos indígenas en Piauí? La investigación presenta un enfoque cualitativo, basado en el análisis de fuentes bibliográficas que abordan el tema en cuestión, buscando un aporte teórico a las cuestiones planteadas, añadiendo a esto una comparación con la realidad y la experiencia de una comunidad indígena. Además de la investigación bibliográfica en libros y artículos científicos, buscamos comprender la vida cotidiana, la producción y las relaciones que ocurrieron en la comunidad Tabajara y Tapuio Itamaraty de Nazaré, a través de observaciones in situ y entrevistas con miembros de la comunidad. Del desarrollo del estudio se desprende que a pesar de las dificultades, existen comunidades indígenas organizadas en territorio piauiense, realizando un trabajo robusto y significativo sobre la cuestión de las etnias indígenas presentes en Piauí.

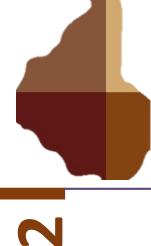
Palabras Clave:
Pueblos indígenas,
Comunidad de Nazaré,
Existencia indígena,
Resistencia

Resumo

O presente artigo aborda a questão indígena no Piauí e as estratégias empreendidas pela comunidade Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré no sentido de trazer à tona o reconhecimento e as lutas por direitos dos povos originários. As discussões estão ancoradas nas seguintes questões: o que levou ao apagamento da história indígena no Piauí? Quais as formas de atuação que marcam a existência e a resistência de etnias indígenas piauienses? A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, baseada na análise de fontes bibliográficas que abordam o assunto em questão, buscando um aporte teórico sobre as questões levantadas, somando-se a isso um comparativo com a realidade e vivência de uma comunidade indígena. Além da investigação bibliográfica em livros e artigos científicos, buscou-se compreender o cotidiano, a produção e as relações ocorridas na comunidade Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré, através de observações em lócus e de entrevistas com membros da comunidade. A partir do desenvolvimento do estudo pode-se constatar que apesar das dificuldades, existem comunidades indígenas organizadas em território piauiense, realizando um trabalho robusto e significativo para a questão das etnias indígenas presentes no Piauí.

Palavras-chave:
Povos Originários,
Comunidade Nazaré,
Existência Indígena,
Resistência

1. Introdução



A presente pesquisa centra-se na necessidade de uma melhor compreensão a respeito da presença indígena em solo piauiense. Tal necessidade se esboça no fato de haver um contingente reduzido de povos indígenas no estado do Piauí, o que denota a ideia de que esta unidade federativa sempre possuiu um número pequeno de pessoas pertencentes aos povos originários do Brasil, fato este que não se sustenta. Além disso, estabeleceu-se na sociedade piauiense um contexto onde esse assunto ganha pouca notoriedade frente à sua importância, como se a presença e influência dos indígenas não fosse uma realidade em terras piauienses.

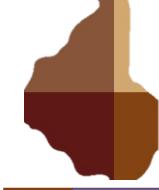
Diante dos apontamentos levantados, surgem os seguintes questionamentos: por que a história dos povos originários do Piauí sofreu apagamento histórico, quais as estratégias empreendidas para que isso ocorresse e de que forma os indígenas piauienses ainda demonstram sua existência e atuação? Tendo em vista a investigação para a compreensão acerca da problemática em questão, optou-se por uma pesquisa na comunidade indígena Tabajara e Tapuio Itamaraty, localizada na comunidade Nazaré, interior do município de Lagoa de São Francisco-PI. Foram pesquisados aspectos históricos e geográficos dessa comunidade, com ênfase em sua constituição ao longo do tempo, além de demonstrar como se dá a atuação desse povo no que se refere à constatação da presença indígena no Piauí.

Com vistas a obter maior consistência nas discussões que abordaram os aspectos historiográficos acerca da questão indígena no Piauí, utilizou-se as contribuições teóricas de Baptista (1994), Franco (2014) e Gomes et. al. (2022); no que se refere às questões específicas das comunidades indígenas, da comunidade Nazaré e apontamentos relacionados ao museu indígena ancorou-se nas seguintes referências: Silva e Macedo (2022), Pereira (2023) e Botessi (2021).

A pesquisa se justifica pelo fato de que a presença e atuação dos indígenas no Piauí não se restringe somente a esse espaço geográfico, pois sabe-se que a questão indígena é uma problemática nacional que leva esses povos a buscarem maneiras de assegurar sua própria sobrevivência; de preservar sua história e tradições; de manter viva uma parte significativa da identidade brasileira. Dessa forma, torna-se relevante conhecer a maneira como os indígenas tentam assegurar sua presença e atuação, nesse caso específico, em solo piauiense.

Demonstrar a atuação de uma comunidade indígena organizada e estruturada, com espaços e práticas bem estabelecidos e presença constante em momentos (eventos) de fortalecimento da presença indígena é algo que suscita o interesse pelo conhecimento mais aprofundado acerca da existência marcante de povos originários no estado do Piauí.

2. Desmistificando o “extermínio” dos indígenas piauienses



O apagamento da história dos indígenas no Piauí ou ainda o “mito do extermínio do indígena piauiense” tem sido objeto de investigação acadêmica e revela aspectos não apenas históricos, mas também culturais, sociais, geográficos e políticos do estado.

A partir de aspectos relacionados ao processo de colonização do Brasil – que no caso piauiense iniciou-se pela região do interior ao invés do litoral, como ocorreu com a maioria dos estados nordestinos – dá-se início à construção de um imaginário voltado ao extermínio do indígena e de sua cultura em solo piauiense. Essa visão foi fomentada pelos processos educacionais que incutiram na população a ideia de que a colonização havia promovido a dizimação das comunidades indígenas e que sua bagagem cultural havia se perdido.

Durante muito tempo a existência de povos originários no Piauí foi tida como algo irrelevante do ponto de vista populacional, um cenário onde essas pessoas dificilmente teriam um alcance social significativo.

Segundo o censo demográfico realizado em 2010 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o Piauí possuía um total de 2.944 pessoas autodeclaradas indígenas, um número muito pequeno se observarmos a extensão territorial desse estado. Essa situação se vê modificada a partir dos dados obtidos pelo último censo demográfico realizado em 2022, onde se registrou um total de 7.198 moradores que se autodeclararam indígenas, um aumento de 144%. Esses resultados destacaram o Piauí como o 5º colocado no ranking de estados onde houve crescimento do percentual de moradores autodeclarados indígenas.

Ainda de acordo com o IBGE, o Piauí possui 157 municípios com população indígena, o que representa 70,08% das cidades que compõem o estado. A cidade de Piripiri é o município com o maior número absoluto de indígenas (1.370); já o município de Lagoa de São Francisco é o que possui o maior percentual de sua população autodeclarada indígena (10,76%). O censo de 2022 apontou a existência de 3.586 domicílios piauienses com pelo menos um morador indígena.

Analizando essas informações pode-se perceber que a presença indígena em solo piauiense ganhou maior expressividade nos últimos anos, todavia, ainda persistem alguns aspectos legados pelo imaginário da não existência do indígena, algo ainda fomentado em contextos educacionais, materiais didáticos e por toda uma indústria cultural permeada pela ideia de que os povos originários se restringem ao período colonial e que raramente possam ser associados ao território piauiense, a não ser quando se fala sobre miscigenação.

As tentativas de se estabelecer um ideário da não existência de povos originários no Piauí (enfatizando a miscigenação) constituiu-se enquanto uma espécie de ferramenta que promoveu o silenciamento no tocante às lutas e pautas importantes levantadas por estes povos,

sobretudo no que se refere a habitação e melhores condições de vida. Tais estratégias remontam de muito tempo, como descreve Gomes et. al:

A História do silenciamento indígena no Piauí vem de longa data. Apesar de a conquista portuguesa ter acontecido relativamente tarde na capitania (se comparada à costa atlântica), em pouco tempo muito grupos indígenas deixaram de ser referenciados na documentação. (2022, p. 257).

Esse é um demonstrativo de como a figura do indígena foi gradativamente sendo desassociada da sociedade piauiense e, mesmo com vários exemplos da influência indígena na língua, culinária, folclore e cultura popular, ainda há no imaginário social piauiense a sensação de que esses povos foram praticamente inexistentes na história do Piauí.

Do ponto de vista intelectual também houve contribuições que levaram ao fortalecimento da perspectiva de que o Piauí não possuía indígenas estabelecidos em seu território. Como exemplo disso, pode-se mencionar a concepção de Odilon Nunes que, no século XX, desenvolveu a teoria de que o território piauiense se tratava apenas de um corredor de passagem, ou seja, o estado não era um local onde os povos originários se estabeleceriam como moradores fixos e que estes nem mesmo teriam dado alguma contribuição para a formação da sociedade piauiense.

Algumas tentativas que buscaram sanar essa questão do apagamento da figura indígena foram empreendidas, porém sem sucesso. Como exemplo, pode-se citar o ensino da temática indígena na Educação Básica, previsto na Lei Nº 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino da história e cultura indígena. Mesmo existindo uma lei específica que visa estimular o conhecimento sobre a história dos povos originários e sua contribuição para a constituição da sociedade piauiense, ainda assim não houve efeito expressivo. Sobre isso, aponta Franco:

Os livros didáticos ou possuem um hiato explicativo da situação indígena no território do Piauí ou narram o total desaparecimento/esquecimento do índio através da explicativa de uma extermínio completa ou aculturação e mestiçagem. De fato, hegemonicamente para a História Oficial, ufanista dos colonizadores, o lugar da memória-histórica das diversas etnias que habitavam o território que hoje categorizamos como Estado do Piauí é inexistente, esquecido/silenciado. (2014, p. 1).

Isso reforça o fato de que o argumento da mestiçagem e, consequentemente, desaparecimento do indígena ainda se sobressaem mesmo quando há tentativas de resgate da existência de povos originários fixos no estado do Piauí.

Em meio a todo esse cenário de apagamento da existência do indígena no Piauí, alguns estudos acadêmicos surgem como uma luz para clarear as questões sobre o extermínio e o silenciamento dos povos indígenas. Em relação a esses estudos, é inegável a contribuição

significativa da produção empreendida por João Gabriel Baptista (1994), que buscou abordar a presença do indígena no Piauí com uma abrangência muito maior se comparada com estudos anteriores. Segundo Silva e Macedo (2022, p. 53):

O autor [Baptista] registrou em seus achados a existência de quatro etnias: Jê, Caraíba, Cariri e Tupi – divididas em sete nações: Pimenteiras (Caraíba); Tremembé (Cariri); Acroá, Gueguês, Jaicós e Timbira (Jê); e os Tabajaras (Tupi). As quatro etnias presentes em solo piauiense totalizavam 158 tribos indígenas, a exemplo dos: Jenipapos, Acauã, Anacé, Canela, Gueguês, Jaicós, Gilbués, Gamelas, Tacariju, entre outros. Segundo a análise reportada por Dias e Santos (2016), o estudo de Baptista (1994) foi fundamental para reparação histórica acerca da presença indígena no Piauí, ao registrar a existência de cerca de 316.000 indígenas em territórios piauienses.

A pesquisa de Baptista (1994) corrobora diretamente com o fato de ter havido tentativas de apagamento da presença e da contribuição significativa dos povos originários na estrutura social piauiense, haja vista que, além dos massacres e escravização das diferentes etnias, também foram desenvolvidas táticas de *desindianização* e a integração de descendentes de forma forçada, com vistas a promover um apagamento étnico, fato este que levou a própria FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) a concluir que não havia indígenas em território piauiense (Silva; Macedo, 2022).

Em meio a tantos reveses no tocante à (r)existência dos povos originários do Piauí, é notório que houve ao longo do tempo uma mudança sistemática nas abordagens historiográficas sobre o assunto. Compreende-se que o conhecimento sobre tais perspectivas é importante, pois através delas pode-se ter um olhar mais direto a respeito de como a figura do indígena foi retratada na história piauiense. O quadro a seguir apresenta um consolidado sobre como os estudos a respeito dessa temática foram se modificando em diferentes períodos:

Quadro 1 – Historiografia Indígena Piauiense

PERÍODO / DÉCADAS	PERSPECTIVA	PRINCIPAIS AUTORES
1950 a 1980	Inferioridade Cultural e Genocídio	Odilon Nunes Monsenhor Chaves Castello Branco
1990 a 2000	Genocídio e Etnocídio	João Gabriel Baptista Paulo Machado Wilson Correia Luiz Mott Reginaldo Miranda João Renôr F. de Carvalho Claudete Maria Miranda Dias Ana Stella de Negreiros Oliveira
A partir dos anos 2000	Revisionismo historiográfico e reaparecimento de grupos indígenas no Piauí	Jóina Freitas Borges Roberto Kennedy Gomes Franco João Paulo Peixoto Costa

--	--	--

Fonte: Baptista, 2016.

Fica claro que somente a partir dos anos 2000 voltou-se a atenção para uma revisão da história piauiense que trouxesse à tona a importância dos indígenas na formação do povo piauiense e, além desse caráter ligado à pesquisa e escrita sobre o tema, houve também movimentações que trouxeram os povos originários de volta à cena piauiense.

É importante ressaltar que mesmo com a negação da existência de indígenas e da falta de identificação das pessoas com determinadas etnias, a resistência dos povos originários encontrou-se muito tempo alicerçada em um importante aspecto presente em muitas comunidades: a transmissão da memória social de seus ancestrais no contexto familiar (Gomes et. al, 2022).

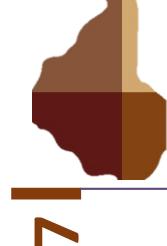
Se durante o século XX o que perdurou foi a invisibilização das diferentes etnias indígenas no Piauí, seja pela falta de pesquisas sobre o assunto ou por motivações de caráter político, territorial e cultural; o que se esboça no início do século XXI é um grande emergir étnico, através do qual esses grupos resistem e reivindicam seu reconhecimento e seus direitos enquanto povos originários do Piauí. Exemplo disso é o fato de que em 2005 com a mobilização dos Tabajara e a criação da Associação de Remanescentes Indígenas de Piripiri, sob a liderança do cacique Zé Guilherme, os povos indígenas no Piauí reapareceram no cenário nacional (Franco, 2014). E, ainda, de acordo com a FUNAI (2021):

Atualmente, existem diferentes situações territoriais e mobilizações étnicas em curso no estado, dentre as quais destacamos as dos seguintes povos: Tabajara, Tabajara Ypy do Canto da Várzea, Tabajara da Oiticica (Piripiri), Tabajara-Tapuio (Lagoa de São Francisco), Kariri (Queimada Nova), Caboclos da Baixa Funda (Baixa Grande do Rioibeiro e Uruçuí), Gamela (Santa Filomena, Bom Jesus, Currais e Baixa Grande do Rioibeiro), Gueguê do Sangue (Uruçuí), Guajarara da Aldeia Ukair e Warao (Teresina).¹

Esse reconhecimento por parte da FUNAI pode ser considerado como uma vitória muito expressiva para os povos originários, visto que há algum tempo a própria instituição chegou a considerar a não existência de indígenas no Piauí, além disso esse fato abriu margem para a conquista de direitos antes negados, para o reconhecimento e participação do indígena como cidadão piauiense.

Retornando ao início desta seção, lembra-se que houve um aumento expressivo de pessoas autodeclaradas indígenas no Piauí, utilizando como parâmetro de comparação os censos

¹ Fonte: SILVA, B. I. B. M.; MACEDO, J. P. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!”: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 51-65, jan./mar. 2021.



demográficos de 2010 e 2022. De posse do conhecimento sobre aspectos históricos que tratam da existência e da resistência dos povos originários em solo piauiense ficou claro que em dado momento a pesquisa e a escrita sobre o assunto tiveram uma importância inegável no que tange ao distanciamento do mito do extermínio do indígena piauiense.

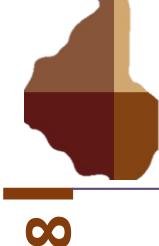
Contudo, destaca-se que esse retorno da presença da figura indígena no cenário social do Piauí também se deve, e muito, às organizações empreendidas pelas diferentes etnias presentes no estado, que não mediram esforços para buscarem sua afirmação e reconhecimento como povos originários, promovendo uma verdadeira conscientização tanto sobre a existência e resistência desses povos em terras piauienses, quanto no estímulo ao sentimento de pertença e identificação dos indivíduos com relação às etnias presentes em suas comunidades.

A partir disso, foram sendo levantadas importantes discussões; construídos espaços (ocas e museus) e subsídios (pesquisas, cartilhas, documentos de eventos, entre outros) dos mais diferentes tipos, o que demonstra a movimentação das etnias indígenas existentes no Piauí no sentido de promover o resgate de suas identidades e culturas e que, consequentemente, busca desenvolver na sociedade piauiense a conscientização a respeito da contribuição que os indígenas legaram para o povo do Piauí e de reafirmação de sua presença neste território. No estado há comunidades que expressam a luta e a resistência dos povos originários e que acabam desempenhando o papel de reafirmar a importância das diferentes etnias para a sociedade, um exemplo vivo disso é a comunidade Tabajara e Tapuio Itamaraty que fica localizada em Nazaré, interior na cidade de Lagoa de São Francisco – PI, à qual será abordada nas seções seguintes.

3. História da comunidade indígena Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré

A comunidade Nazaré, onde residem os indígenas Tabajara e Tapuio Itamaraty, faz parte do município de Lagoa de São Francisco. O município está localizado na região Norte do estado do Piauí (microrregião de Campo Maior) e se localiza entre as cidades de Piripiri e Pedro II, possuindo um total de 6.331 habitantes (IBGE censo de 2022) e com apenas 31 anos de emancipação política.

A região de Nazaré é geograficamente favorável à prática da agricultura e pecuária, possuindo extensas porções de terra niveladas e em aclive. O clima, por ser dividido em período chuvoso e período de estiagem, torna mais fácil a preparação da população local para o plantio. A principal fonte de renda da comunidade se encontra na agricultura, que é utilizada tanto para



a alimentação quanto para o comércio, e também no funcionalismo público, aposentadorias e programas governamentais de distribuição de renda.

De acordo com a presidente da Associação Indígena de Nazaré, Maria Gardênia dos Santos Nascimento, a comunidade possui 188 famílias cadastradas, um total de 585 pessoas reconhecidas enquanto indígenas. Vale destacar que esse processo de reconhecimento é um trabalho contínuo, logo, essas quantidades variam com o passar do tempo.

3.1 Surgimento da Comunidade

De acordo com os relatos da história da comunidade, o seu povoamento ocorreu por volta do ano de 1795, quando os primeiros habitantes provenientes de povos originários se manifestaram neste território, vindos do Maranhão em direção ao Ceará e vice-versa, e alguns foram se estabelecendo na região e habitando o território, o qual deram o nome de *Itamaraty* (palavra de origem indígena na língua Guarani que significa “pedra cor-de-rosa”, “pedra rosa”, ou “pedra entre rios”). Segundo os relatos repassados pelas pessoas mais velhas da comunidade (troncos velhos) os primeiros habitantes que deram origem as famílias indígenas reconhecidas foram Antonia Jacinta, Josefa Jacinta e Tereza Sinésio, as quais provieram de uma indígena capturada na mata “*a dente de cachorro*”².

Alguns fatores ambientais favoreceram o estabelecimento desses povos indígenas na região, como pontua Pereira:

A região onde se localiza a comunidade Nazaré e localidades vizinhas, pelo fato de estar cercada por solos férteis e pela presença de diversas fontes de água como riachos e olhos d’água, favoreceu o processo de fixação de diferentes grupos, a exemplo dos Tabajara, Tapuio e Codó Cabeludo (Cadóis Cabeludos), atraindo posteriormente os grupos não indígenas que buscavam meios para desenvolver atividades ligadas à agricultura e à pecuária (2023, p. 21).

Pelo fato de existirem na região pessoas não indígenas, uma parcela desses povos acabou seguindo em direção a outros espaços, mas alguns permaneceram e se fixaram nos arredores da localidade que hoje se configura como Nazaré, onde acabaram vivenciando o penoso processo de perca das suas terras e posterior formação de latifúndios (Pereira, 2023).

² Forma violenta com que muitas indígenas foram retiradas do contexto em que viviam para serem vendidas ou tornarem-se esposas ou servas por meio do processo de captura, estupro, amansamento e domesticação – no entendimento de que estas eram mulheres selvagens que passaram a ter um convívio social –, é também uma memória coletiva que os indígenas evocam para afirmarem sua indianidade e descendência de uma família indígena (CARVALHO, 2023, p. 47).





Os remanescentes dos povos originários da comunidade Nazaré se reconheceram enquanto pertencentes à etnia Tabajara pelo fato de as lideranças indígenas de Lagoa de São Francisco atribuírem suas raízes indígenas aos seus familiares oriundos da região da Serra da Ibiapaba - CE. Dessa forma, autodeclararam sua afiliação à etnia Tabajara, partindo do pressuposto de que, historicamente, essa região foi habitada por esses grupos e possuía aldeamentos missionários que incluíam cerca de mais de 70 aldeias da etnia Tabajara (Silva; Macedo, 2022).

Em 1995, aconteceu o que ficou conhecido como o *grande diagnóstico da comunidade*, que foi realizado em parceria entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual de São Paulo (USP) e as ONGS de Pedro II: Centro de Formação Mandacaru, CEPOPE, Kolping, ACPC (Associação Comunitária de Produção e Consumo), Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Pedro II e a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Pedro II. Trabalho este que foi coordenado pelo professor de economia Luís Carlos Pusca, da Universidade Federal do Piauí, com o Tema: “QUEM SOMOS? QUANTOS SOMOS? COMO VIVEMOS? E COMO QUEREMOS VIVER?”.

Considera-se o grande diagnóstico como sendo o ponto de partida para o fortalecimento da identificação indígena, a partir do qual notou-se o fortalecimento da cultura, o aprofundamento no modo de vivência e convivência das pessoas da comunidade, onde identificou-se que a fonte de sobrevivência era a caça, a pesca, o cultivo do algodão, da mandioca, do milho, feijão e arroz; a tecelagem da rede (de três panos, tecida no chamado “tear de macaco”), do lençol de algodão e da toalha de rosto; costumes como as brincadeiras de roda, ouvir as histórias de Trançoso (histórias criadas na grande esteira debulhando feijão nas “bocas da noite”, à noitinha). Esses aspectos conduzem à ideia de que a presença de não indígenas e as tentativas de “sufocamento” da existência dos povos originários em Nazaré não foram suficientes para tornar invisíveis a cultura e o legado desses grupos, pois os hábitos indígenas atravessaram o tempo e continuaram a se fazer presentes no cotidiano da comunidade, mesmo quando ela não os reconhecia.

A História do Povo Indígena Tabajara da comunidade Nazaré tem seu início com a captura de uma indígena “a dente de cachorro” que deu origem a duas jovens, Antônia Jacinta e Josefa Jacinta. Elas tiveram 17 filhos, os quais foram povoando a comunidade, pode-se citar alguns deles: Manoel Jacinta, José Jacinta, Francisco Jacinta, Chico Jacinta, Anízia Maria, Raimundo Jacinta, Luiz Jacinta, Ana Jacinta, Maria Jacinta, Raimunda Jacinta, chamada Pretinha.

Outra família que deu origem à comunidade Nazaré foi a família Sinésio que, provavelmente, era pertencente ao Povo Tabajara, que chegou do Ceará e vivia no território conhecido como Olho d’água, Cedro. Os relatos da comunidade contam que quando a família Sinésio

começou a subir o morro em busca de outros espaços foi quando encontrou a família Jacinta. Teresa Sinésio teve vários filhos, entre os quais: Raimundo Sinésio, Laurentino Sinésio, Pedro Sinésio, João Sinésio, Francisco Sinésio, José Sinésio, Antônia Sinésio, Sabino Sinésio, Brio-lange Sinésio.

Muitos deles abandonaram a região devido à seca de 1932 (evento que gerou um grande contingente de retirantes). Os que ficaram estabelecidos na região se casaram e começaram a constituir família. Dessa forma, conclui-se que os habitantes de Nazaré são seus descendentes. Seu Manoel Niza, filho de Anízia Maria [Jacinta] e Raimundo Sinésio, relatava que inicialmente os donos do território eram essas duas famílias que possivelmente habitavam na região desde 1795. Antigamente o nome da comunidade era Itamaraty. Foi com a chegada dos padres franciscanos e a construção da Igrejinha de Santo Antônio que a localidade passou a se chamar Nazaré, pois os religiosos acharam semelhança com Nazaré de Galileia.

Durante a grande seca entre 1932 e 1958, para não morrer de fome, muitos foram obrigados a trocar as próprias terras por alimentos e assim foi que o Coronel João Benício conseguiu se apossar da maioria da terra que hoje está sendo resgatada como terra indígena. Ou seja, a história da comunidade indígena de Nazaré é mais um exemplo de que no Piauí os povos originários acabaram sendo marginalizados e invisibilizados, inclusive, devido o interesse latifundiário pelo território em que antes haviam se fixado e que lhes pertencia por direito.

Não foi da noite para o dia que a comunidade Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré se estabeleceu enquanto uma organização indígena, houve um processo contínuo de conscientização para o reconhecimento da história, cultura, pertença e identificação das pessoas da localidade com relação aos povos originários que ali existiram e ainda existem.

O reconhecimento da comunidade como pertencente a etnias indígenas teve início contabilizando 23 famílias que se identificavam como Codó-Cabeludo. Essa identificação inicial se deve ao fato de que na região também houve a presença de um povo chamado Codó-Cabeludo advindo do Ceará que encontrou a família Sinésio na região do Cedro. Entre as duas famílias existiram conflitos e os Codó-Cabeludos acabaram por ir embora. Provavelmente também ocorreu alguma mistura entre as famílias já que essa definição não foi completamente abandonada pelos habitantes da comunidade. Vale ressaltar que Codó-Cabeludo é uma denominação atribuída a essas famílias por não indígenas e não se sabe qual era o verdadeiro povo a que pertenciam.



Atualmente os habitantes indígenas de Nazaré se identificam como Tabajara, pois com base em pesquisas realizadas na comunidade descobriu-se que, antes dos Codó-Cabeludos chegar no Cedro, a região era um corredor dos Tabajara, povo ao qual a família Sinésio provavelmente pertencia.

Passado algum tempo o número de famílias a se reconhecer como indígenas aumentou para 74, havendo um crescimento posterior, chegando a 140 famílias reconhecidas, cerca de metade de toda a comunidade. Mesmo quem não se reconhece ainda assim teria esse direito, pois acredita-se que em cada núcleo familiar há descendentes da família Jacinta ou da família Sinésio.

Independente da identificação ou não dos habitantes da comunidade quanto pertencentes às etnias de povos originários em Nazaré, é inegável como importantes aspectos relacionados a esses grupos se mantiveram vivos de maneira intrínseca na vivência da comunidade. A respeito disso, discorre Pereira:

A identidade indígena permaneceu em meio à comunidade através de rezas e práticas de cura, uso de plantas medicinais, artesanato com trançado de palha, trabalho em mutirão dentro do ciclo familiar e comunitário, ligação com a natureza, relação com lugares de memórias, partilha de saberes por meio de rodas de conversas, dentre outros fatores (2023, p. 22).

Isso demonstra como a influência indígena foi e ainda é fundamental na construção da identidade piauiense, derrubando por terra a ideia de que houve um extermínio total dessas etnias no território do Piauí, revelando muito mais as tentativas de apagamento da figura do indígena do que a não existência de povos originários.

Dessa forma, entende-se a contribuição indígena para a formação da sociedade piauiense como algo vivo e presente, apesar dos reveses históricos que acabaram por deixar a figura do indígena à margem da sociedade.

Em se tratando de manter vivas a história e as tradições advindas dos indígenas, observa-se a contribuição fundamental dos membros mais velhos pertencentes às etnias, pois são eles quem remontam de forma viva ao passado de seus descendentes e são responsáveis por promover a prática de rememorar o modo de vida dos povos originários. Na comunidade indígena de Nazaré os membros mais antigos que carregam e transmitem esse saber ancestral ficaram conhecidos como *troncos velhos*.

Os troncos velhos são as pessoas mais velhas da comunidade, que são dotadas de sabedoria e conhecimentos populares para repassar às pessoas. Há algumas que já faleceram, e outras que ainda estão contribuindo com seus saberes. Essas pessoas possuem grande importância



para o movimento indígena, pois contribuíram e contribuem com o resgate histórico da comunidade, e que hoje se faz memória de todos os saberes deles.

Os Tabajara e os Tapuio de Nazaré reivindicaram suas identidades principalmente com base em suas memórias, as quais se mantiveram vivas por meio de relatos orais passados de geração em geração, bem como na manutenção de costumes praticados por seus antepassados que viveram na região (Pereira, 2023, p. 24).

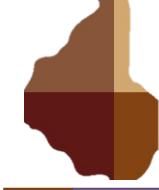
Nos troncos velhos encontra-se uma riqueza histórica e cultural que é salutar para o reconhecimento dos povos indígenas na região e sem a qual seria muito difícil determinar com maior objetividade marcadores étnicos, processos de ocupação territorial, costumes e crenças próprios dos povos Tabajara e Tapuio Itamaraty. Além dos relatos sobre a história das primeiras famílias indígenas a se fixar na região de Nazaré, é graças aos troncos velhos que se tem conhecimento sobre práticas de cura, rituais, danças, crenças, costumes dos mais variados tipos, culinária, artesanato, expressões da língua, entre outros. Alguns nomes importantes a serem mencionados quando se fala dos troncos velhos são: João Inácio, Francisco Pedro, Manual Niza e Antonio Niza, estes dois últimos já falecidos.

A comunidade obteve algumas conquistas que se devem à sua organização e, claro, a todo o resgate da história indígena com base nos conhecimentos repassados pelos troncos velhos. Exemplos significativos dessas conquistas são o reconhecimento da comunidade pela FUNAI e construção da Oca. Além disso, a comunidade conseguiu firmar parcerias com secretarias do poder municipal e também com o Governo do Estado do Piauí, algo que proporcionou trabalhos voltados à educação, garantia de atendimento de saúde específico para a pessoa indígena, doação de terras e a construção do Museu dos Povos Indígenas do Piauí - Anízia Maria (MUPI), que é considerado o primeiro museu dos povos originários do Piauí.

4. A atuação da Comunidade Indígena de Nazaré para a valorização dos povos originários piauienses

A comunidade indígena de Nazaré, apesar de existir há pouco tempo enquanto organização e associação, vem demonstrando a realização de trabalhos significativos no tocante ao resgate da cultura indígena e da presença de povos originários em território piauiense.

O trabalho desenvolvido pela comunidade ganha ainda mais notoriedade pelo fato de não se restringir aos espaços onde está situada fisicamente, pois existe uma articulação entre os



Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré com outras comunidades indígenas vizinhas e em regiões mais distantes, como aquelas situadas na Região Sul do Piauí, além de ser constante a sua participação em eventos importantes que tratam da questão indígena a nível nacional.

Dessa forma, entende-se que os indígenas de Nazaré têm desempenhado um papel fundamental para abordar a discussão sobre a presença de povos originários no Piauí, no tocante a promover um resgate histórico e cultural e, também, estabelecer novos espaços a serem ocupados pelos indivíduos que pertencem às diferentes etnias presentes no estado, levantando a ideia de que os indígenas carregam consigo aspectos importantes da ancestralidade que podem contribuir e criar novas conjunturas na sociedade contemporânea do Piauí.

Com base em alguns pontos específicos pode-se observar como o trabalho realizado pela comunidade tem trazido bons resultados quando o assunto é a importância dos povos originários, distribuídos em diferentes etnias pelo território piauiense. Serão destacadas algumas frentes de trabalho e ações específicas da comunidade de Nazaré com o objetivo de elucidar e exemplificar a maneira como esse povo tem se organizado e trabalhado em prol da valorização da existência indígena no Piauí. Serão descritos os seguintes aspectos, a saber: Associação indígena, museu dos povos indígenas e lutas por direitos.

4.1 Associação Indígena Tabajara e Tapuio Itamaraty da Comunidade de Nazaré

O processo de reafirmação enquanto indígenas ocorreu mais diretamente quando os povos de Nazaré se fortaleceram de maneira coletiva com a criação da Associação dos Povos Indígenas Tabajara e Tapuio Itamaraty da Comunidade Nazaré - APIN, fundada em 14 de janeiro de 2017, ocasião em que foi escolhido como Cacique o senhor Henrique Manoel do Nascimento (Pereira, 2023). A partir dessa organização jurídica, houve maiores condições para que a comunidade pudesse partir mais efetivamente numa empreitada pela busca de seus direitos, ou seja, foi a partir da criação da associação que os indígenas de Nazaré se tornaram reconhecidos legalmente e puderam fazer suas reivindicações de formas mais consistentes.

A criação e atual existência da associação é geralmente celebrada pelos membros da comunidade como algo que alavancou a estruturação da comunidade, bem como responsável por expandir as frentes de trabalho almejadas. Mas além da organização, é destacado que a comunidade já possuía uma cultura de organização e mobilização que contribuiu para que os



trabalhos tivessem início, sobre esse aspecto observa-se as falas de dois membros da comunidade:

O trabalho da comunidade teve uma contribuição muito grande pelo fato desse espírito de organização que a gente já tinha (Lucinete Maria do Nascimento, tesoureira da Associação Indígena, 2024);

Mesmo que seja tardio esse reconhecimento que nós tivemos, nós sempre soubemos nos reconhecer como indígenas, nós só não tivemos a coragem, antigamente, de nos declarar (Armano Pereira de Sousa, segundo tesoureiro da Associação Indígena, 2024).

Pelos relatos nota-se que mesmo antes de haver uma associação legalmente estabelecida, já existia um sentimento de pertença às etnias indígenas, o que proporcionou certa articulação entre os membros da comunidade até que, de fato, tivesse início o processo de autodeclaração.

A partir do momento em que se estabeleceu essa organização inicial, na qual o cacique, posteriormente escolhido, trouxe a discussão da temática indígena para a comunidade, foi estabelecido um sentimento de necessidade pelo reconhecimento enquanto pertencentes às etnias indígenas historicamente existentes na região de Nazaré. Esse fato gerou um movimento de busca por mais informações com base no que era relatado pelos indivíduos mais velhos da comunidade.

O auto reconhecimento e, posterior trabalho empreendido pela associação de Nazaré, não se fecha apenas na comunidade em si, mas acaba por se tornar um importante vetor de disseminação da questão indígena, oportunizando a outras comunidades piauienses compreender como se dá essa organização e que é possível a realização do resgate da história e cultura dos povos originários em diferentes regiões do estado, como foi o caso dos Tabajara Alongá presentes na comunidade Oiticica de Piripiri, que tiveram uma influência dos indígenas de Nazaré para dar início ao seu processo de organização. O relato a seguir corrobora com essa ideia:

Anteriormente podemos perceber que no Piauí dificilmente se ouvia falar em povos indígenas, mesmo eles existindo, não tinha essa visibilidade. Então, a partir do momento em que a comunidade Nazaré se fortaleceu, o Piauí se fortaleceu por inteiro, porque muitas comunidades também já se autodeclararam indígenas, pode perceber que tem muitos municípios do Piauí se fortalecendo nessa temática de descendente indígena (Armano Pereira de Sousa, 2024).

Dessa forma, comprehende-se o papel da comunidade indígena de Nazaré como algo que foi alavancado pela criação da associação, o que proporcionou maior conhecimento da causa indígena, além de promover um trabalho que contribui com a organização de outros povos originários em solo piauiense.



4.2 Museu dos Povos Indígenas do Piauí

A existência de um espaço com estrutura física e organizacional voltadas à preservação e difusão do patrimônio histórico e cultural indígena é, sem dúvida, um marco na vida de uma comunidade que se empenha em ressaltar constantemente a existência e resistência de povos originários num determinado território. É isso que ocorre com a comunidade de Nazaré no tocante ao seu trabalho com base no acervo que forma o Museu dos Povos Indígenas do Piauí (MUPI). Todavia é necessário ressaltar que houve todo um processo de mobilização, conscientização e reivindicação para que, atualmente, o estado do Piauí pudesse contar com um museu voltado às etnias indígenas presentes em seu território.

A ideia inicial de implantar o museu surgiu através de discussões de uma jovem da comunidade, Dinayana Kelly, que na época era aluna da Escola Família Agrícola Santa Ângela (EFASA), de Pedro II, no ano 2016, quando algumas pessoas começaram a fazer doações de peças que preservam a história dos membros mais antigos, os chamados troncos velhos, e da comunidade.

Essa iniciativa é considerada pela comunidade como sendo o “embrião” do que viria a se tornar o museu, mas além da vontade e engajamento, se fazia necessário também informações específicas sobre o trabalho museológico e é aí que entram dois importantes eventos que viriam a dar mais consistência à ideia inicial do museu, além de futuramente concretizar o que havia sido idealizado: o II e o III Fórum de Museus Indígenas.

Em 2016, alguns representantes da comunidade foram convidados para participar do II Fórum de Museus Indígenas em Buíque, Pernambuco. As experiências vividas durante o fórum, bem como os conhecimentos adquiridos com essa participação fortaleceram a ideia de criar um museu indígena na comunidade, e a partir daí o mesmo foi criado pelos próprios indígenas de maneira improvisada, trazendo os aspectos da presença indígena na comunidade por meio de sua cultura, através das histórias contadas, dos artefatos, que vêm a ser símbolos da comunidade, trazendo as narrativas de um povo junto de determinados objetos, que servem para contar a trajetória do povo indígena que viveu na região. A respeito dessa implementação inicial do museu na comunidade Nazaré, relata-se o seguinte:

Contextualizando na situação daquela época, foi 2017. Ele começou no tio Antônio Nízia, numa casa e meio que foi itinerante, passou por alguns locais. Depois a gente tava lá na casa do seu Chico Inácio, lá a gente já tinha recebido visitas de arqueólogos da UFPI, já tinha sido feitas pesquisas na comunidade, ajudaram a gente a fazer o

tombamento de peças, a gente tava se organizando em comunidade, a gente mesmo! Não tava recebendo nenhum auxílio de museólogo, mas a gente tava se apoiando sempre com parcerias. Foi então que uma equipe de cinco pessoas da comunidade participou do II Fórum de Museus Indígenas lá em Buíque. Aqui a gente já tava se organizando, mas não tinha o museu, ainda. Foi lá desse II Fórum que o ideal seria que cada povo tivesse o seu museu e colocaram lá que o Piauí poderia construir o seu museu aqui na nossa comunidade. A partir da nossa participação nesse fórum, ficou decidido que o III Fórum seria aqui, no Nazaré. Então viemos de Pernambuco com uma missão: fazer o museu e receber o III Fórum, então começamos a nos organizar, ao mesmo tempo que fomos criando o museu também fomos nos organizando como associação (Dinayana Kelly Uchôa do Nascimento, diretora do Museu dos Povos Indígenas do Piauí – MUPI, 2024).

O Museu Anízia Maria, como ficou conhecido, passou a ser visitado por estudantes de escolas do município e regiões vizinhas, além de receber constantemente pesquisadores de instituições de Ensino Superior. Como dito anteriormente, o funcionamento ocorria em casas da própria comunidade que eram cedidas para servir como abrigo do acervo até então reunido e catalogado. A presença de um museu indígena, mesmo que em moldes improvisados, despertou ainda mais o sentimento de pertença à ancestralidade indígena, visto que os objetos e as histórias relatadas eram responsáveis por promover o resgate da história e das tradições dos antepassados indígenas que habitaram a região. Esse trabalho inicial com o museu trouxe contribuições em diferentes aspectos para a comunidade, dentre elas pode-se destacar que:

A construção do museu desenvolveu um papel fundamental no processo de reelaboração das memórias individuais e coletivas numa perspectiva histórica diferenciada, possibilitando a elaboração de novas formas de re-existência para o futuro (Botessi, 2021, p. 210).

Então pode creditar-se ao museu o fato de que as lutas e reivindicações por reconhecimento e por espaço na sociedade ganharam maior consistência e notoriedade graças ao trabalho que começou a ser desenvolvido a partir da organização desse espaço.

É importante reforçar a ideia de que construção do Museu dos Povos Indígenas do Piauí na comunidade Nazaré não ocorreu da noite para o dia, deixando de ser um acervo itinerante nas casas da comunidade para ter uma sede própria e bem estruturada. Houve um processo de organização e reivindicações para que a mudança acontecesse e, nesse percurso, ressalta-se novamente a importância da realização do III Fórum de Museus Indígenas sediado pela comunidade Nazaré em 2017.

Na época em que o fórum foi realizado, o então governador do estado do Piauí era o Senhor Wellington Dias, e este visitou a comunidade, ocasião em que foi entregue o requerimento solicitando a construção do Primeiro Museu Indígena do Piauí, na comunidade Nazaré. O mesmo, de imediato, autorizou a construção do museu. Depois de um longo processo burocrático, entre ordem de construção, projeto de arquitetura e licitação, em abril de 2022, deu-se

início a construção da obra do primeiro museu dos povos indígenas do Piauí. O museu foi inaugurado e aberto ao público em 30 de agosto de 2023 e, além da participação de toda a comunidade local e circunvizinha, contou também com a presença de autoridades como a Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara e também do Governador do estado do Piauí Rafael Fonteles.

Fica nítido que a realização do Fórum de Museus na comunidade proporcionou maior conhecimento e conscientização a respeito da questão indígena na comunidade, o que levaria à concretização futura de um espaço bem estruturado para servir de referência da memória e história dos povos indígenas do Piauí. “No Fórum houve a presença de várias etnias, a gente não foi só pra se encontrar, foi pra se fortalecer, a gente se uniu à causa indígena do Brasil” (Dinayana Kelly Uchôa do Nascimento, 2024).

Atualmente, o Museu dos Povos Indígenas do Piauí Anízia Maria (MUPI) se estabelece enquanto local de conhecimento e reconhecimento da ancestralidade e contribuição indígena para a sociedade piauiense, organizando-se em dois núcleos: gestor e educativo. Caracteriza-se também como espaço de educação e conscientização, proporcionando à comunidade local e visitantes uma melhor perspectiva a respeito dos povos originários do Piauí, aliás, o museu não é destinado apenas à história da comunidade Nazaré, pois contém um acervo que contempla as diferentes etnias existentes no estado, além dos conhecimentos resgatados que demonstram a diversidade de povos indígenas em solo piauiense e suas contribuições na história e cultura.

4.3 A luta por direitos básicos

Ao passo em que a comunidade se organiza enquanto associação, tem início um trabalho voltado às lutas para a que haja a garantia de direitos específicos para a população indígena com base no processo de reconhecimento dos indivíduos como pertencentes às etnias dos povos originários. Tais lutas estão relacionadas a questões como terra, saúde, educação e, consequentemente, reconhecimento social da contribuição indígena no tocante a desmistificar a teoria do exterminio do indígena no Piauí.

A luta dos povos indígenas da comunidade Nazaré teve início há muitos anos, e durante todo esse percurso várias reivindicações foram feitas e algumas conquistas alcançadas, porém, o que se percebe é que ainda há muitos direitos destes povos que não foram conquistados de fato.

Por isso, a comunidade, mesmo diante de algumas conquistas, ainda reivindica o que é de direito dos povos indígenas, como a demarcação do território, pois a comunidade recebeu

apenas uma doação do Governo do Estado, na qual o território foi titulado em nível estadual pelo INTERPI – Instituto de Terras do Piauí (160 hectares foram doados em abril de 2022), mas a demarcação é competência do Governo Federal, algo ainda não realizado na comunidade.

A saúde indígena é outra luta, pois mesmo com os atendimentos oferecidos a nível municipal, ainda se espera que o Governo Federal faça a sua parte com a construção de um polo base de saúde – um grande anseio da comunidade – pois a saúde indígena deve contemplar também a medicina alternativa com o uso de plantas medicinais. Alguns horizontes já são apontados com relação à saúde indígena para a comunidade, visto que a unidade de saúde da comunidade já conta com um profissional capacitado para atendimentos voltados à saúde indígena, articulando parcerias entre Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal de Saúde e FUNAI.

A educação escolar indígena, também faz parte das reivindicações, pois sabe-se que para ser implantado esse tipo de educação, deve-se construir um prédio próprio, ou adaptar o já existente; e a educação oferecida deve ser diferenciada, pois os troncos velhos, cacique, pajé, todos contribuem com seus saberes, destacando a realidade do dia a dia do indígena, ou seja, uma educação contextualizada, contemplando a história, a cultura, os saberes e os modo de viver de cada um.

Sobre essa questão da educação, mesmo ainda não existindo uma estrutura e organização oficialmente constituídas, ao longo do tempo a comunidade vem desenvolvendo estratégias para se trabalhar um ensino contextualizado para os estudantes da comunidade Nazaré e buscando expandir esse trabalho para toda a rede municipal de educação. Como exemplos, pode-se destacar a reformulação do Projeto Político-pedagógico (PPP) da escola local, introduzindo o ensino da história da comunidade com ênfase na questão indígena, objetivando o resgate histórico e cultural para as novas gerações; além da realização de oficinas sobre a língua nheengatu tupi que foram abertas para toda a comunidade.

Outra estratégia marcante foi a produção de uma cartilha que aborda os vários aspectos indígenas da comunidade, tais como: história, costumes, ritos, crenças, comidas, danças, entre outros. Essa cartilha teve lançamento em 05 de maio de 2023, na Oca sede da comunidade, o evento foi prestigiado por todo o município e por membros da Superintendência de Igualdade Racial e Povos Originários do Piauí (SUIRPO). Em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura do município (SEMEC), o material foi distribuído para todas as escolas da rede em formato físico e digital para que possa ser trabalhado de maneira transversal nos diferentes componentes curriculares.



A respeito da educação escolar indígena, há um projeto de implantação na comunidade Nazaré, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Piauí (SEDUC – PI), utilizando como exemplo uma experiência realizada em Teresina a partir das etnias Guajajara e Warao. Esse processo de implantação está em andamento e quando concluído a primeira escola indígena do interior do Piauí será na comunidade indígena de Nazaré, com apoio da rede estadual e municipal de ensino. A comunidade conta ainda com a presença de uma representante como membro da Comissão de Educação Indígena Nacional.

Observa-se que a comunidade Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré conseguiu em um intervalo pequeno de tempo algumas conquistas significativas no tocante a direitos voltados às pessoas indígenas, mas que ainda há muito trabalho a ser realizado para que essa população possa gozar plenamente daquilo que lhe é de direito.

Considerações finais

A presença de povos originários no Piauí é uma realidade, mesmo após as tentativas de apagamento histórico e cultural das diferentes etnias. Percebe-se, então que com o passar do tempo surge a necessidade de afirmação e reafirmação da existência de indígenas em território piauiense e sua contribuição na formação social do estado.

Ao observarmos os reveses históricos sobre os indígenas do Piauí fica evidente que houve ao longo do tempo mudanças sistemáticas na historiografia dos povos originários piauienses, visto que em cada período que fora destacado, encontram-se perspectivas distintas que vão desde o Etnocídio ao reaparecimento de grupos indígenas no Piauí.

Esse reaparecimento dos indígenas piauienses foi referendado pelo último censo do IBGE, em 2022, pois os dados apresentados trouxeram à tona o fato da presença de diferentes etnias indígenas espalhadas pelo território do estado, além de demonstrar um quantitativo crescente de pessoas que se autodeclararam indígenas.

A comunidade indígena de Nazaré, com um número expressivo de famílias autodeclaradas indígenas, é exemplo marcante da existência e resistência da presença e cultura indígena no Piauí. A história da comunidade e a forma como os conhecimentos foram transmitidos pelos troncos velhos demonstra claramente a ancestralidade dos povos originários presente nessa comunidade.

A atuação e lutas empreendidas pela comunidade Nazaré, mais do que reafirmar a existência de povos indígenas em território piauiense, vem se configurando enquanto uma importante linha de frente no que diz respeito ao resgate étnico indígena do Piauí, exemplo disso são

as conquistas por direitos básicos e a construção do Museu dos povos Indígenas, aspectos estes que não beneficiam apenas a comunidade de Nazaré, mas se estendem em diferentes dimensões às outras comunidades indígenas presentes no estado.

Fica claro que esse processo de reestabelecimento da figura indígena no Piauí não é uma fácil tarefa, todavia, não é algo impossível. O trabalho de reconhecimento, resgate e articulação indígena empreendido pela comunidade Tabajara e Tapuio Itamaraty de Nazaré demonstra que há possibilidades de ações exitosas com vistas a trazer à tona a questão indígena no Piauí.

Tendo em vista a organização realizada pelos indígenas de Nazaré, suas lutas e conquistas obtidas até o momento e a maneira como vem se tornando referência para os demais povos indígenas piauienses, demonstra de forma clara que essa comunidade tem desempenhado um relevante papel no tocante à existência e resistência de povos originários no Piauí.

Referências

- BAPTISTA, J. G. Etnohistória indígena piauiense. Teresina: EDUFPI / APL, 1994.
- BAPTISTA, M. P. C. Da “selva” ao sangue à vida: o discurso historiográfico indígena no Piauí. XXIX Simpósio Nacional de História, Brasília: UNB, 2017.
- BOTESSI, A. O museu indígena “Anízia Maria”. Etnicidade, território e patrimonialização. *Confluenze* Vol. XIII, No. 2, 2021, pp. 201-225.
- CARVALHO, J. A. S. Encantados, entidades e santos: ações religiosas e etnicidade dos indígenas tabajara de Piripiri/PI. 2023. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.
- FRANCO, R. K. G. Histórias Orais dos remanescentes indígenas no território do Piauí no século XIX. *História Oral*, 2014. Disponível em: https://www.encontro2014.historia-oral.org.br/resources/anais/8/1397450498_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOHistoriasOrais-dosRemanescentesIndigenasnoTerritorioPiauinoSeculoXXI.pdf. Acesso: 20 de outubro de 2023.
- GOMES, A. O.; et. al. “A gente nasceu sabendo que era indígena”: povos indígenas no Piauí entre o passado e o presente. In: DELGADO, J. C R.; et. al. *Povos indígenas no Brasil contemporâneo, riscos e desafios*. 1 ed. Curitiba: Appris, 2022.
- PEREIRA, A. A. O ressoar das vozes que romperam o silêncio: aspectos históricos e culturais dos povos indígenas Tabajara e Tapuio de Nazaré. São Luís: UEMA, 2023.
- SILVA, B. I. B. M.; MACEDO, J. P. Povos indígenas e luta por garantia de direitos no Piauí, Brasil. *Psicologia Política*. vol. 22. n.55. pp. 602-621. 2022.

SILVA, B. I. B. M.; MACEDO, J. P. “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!”: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 23, n. 1, p. 51-65, jan./mar. 2021.

